

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO MARANHÃO: UMA LEITURA NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO¹

Ana Zilda dos Santos Cabral Figueiredo*, Mariza Borges Wall Barbosa de Carvalho**

RESUMO

Este artigo objetiva abordar a produção do conhecimento no que se refere a teses e dissertações na área da educação especial nos programas de pós-graduação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no período de 2006 a 2017. Busca ainda descrever esses trabalhos acadêmicos, destacando a relevância das temáticas para a pesquisa no âmbito educacional do Estado e a atuação do Grupo de Pesquisa em Educação Especial (GPÉE-UFMA). A metodologia aplicada para o levantamento das informações ocorreu por meio da pesquisa documental no acervo da biblioteca institucional da UFMA.

Palavras-chave: Produção do conhecimento. Educação especial. Maranhão.

SPECIAL EDUCATION IN GRADUATE PROGRAMS IN EDUCATION IN MARANHÃO: A READING IN THE BANK OF THESES AND DISSERTATIONS OF FEDERAL UNIVERSITY OF MARANHÃO

ABSTRACT

The article aims to address the production of knowledge, with regard to theses and dissertations, in the area of special education in graduate programs of the Federal University of Maranhão (UFMA), in the period from 2006 to 2017, seeking to describe

¹ Artigo baseado em trabalho apresentado no XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), João Pessoa (PB), 2018.

* Mestra em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Licenciada em Letras/Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Atendimento Educacional Especializado do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Maranhão (COLUN/UFMA). ORCID: 0000-0001-8661-828X. Correio eletrônico: cabralfigueiredo@gmail.com

** Doutora em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Mestra em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Associada do Departamento de Educação II e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão (DEII/PPGE/UFMA). ORCID: 0000-0002-4527-7172. Correio eletrônico: mariza.wall@ufma.br

them, highlighting the relevance of the themes for research in the educational scope of the State. Highlighted the performance of the Special Education Research Group (GPEE). The methodology applied for the survey of information occurred through documentary research in the collection of the institutional library of UFMA.

Keywords: Knowledge production. Special education. Maranhão.

*EDUCACIÓN ESPECIAL EN PROGRAMAS DE GRADUADOS EN EDUCACIÓN
EN MARANHÃO: UNA LECTURA EN EL BANCO DE TESIS Y DISERTACIONES
DE UNIVERSIDAD FEDERAL DE MARANHÃO*

RESUMEN

El artículo tiene por objeto abordar la producción de conocimientos, con respecto a tesis y disertaciones, en el área de educación especial en programas de posgrado de la Universidad Federal de Maranhão (UFMA), en el período de 2006 a 2017, buscando describirlos, destacando la pertinencia de los temas para la investigación en el ámbito educativo del Estado. Destacó el desempeño del Grupo de Investigación en Educación Especial (GPEE). La metodología aplicada a la encuesta de información se produjo a través de la investigación documental en la colección de la biblioteca institucional de UFMA.

Palabras clave: Producción de conocimientos. Educación especial. Maranhão.

1 INTRODUÇÃO

A busca pelo saber se faz necessária à medida que, através do conhecimento e da pesquisa, é possível descobrir informações pertinentes à reflexão, bem como a prática por esta produzida.

Segundo Libâneo (2010, p. 32),

A educação associa-se, pois, a processos de comunicação e interação pelos quais os membros de uma sociedade assimilam saberes, habilidades, técnicas, atitudes, valores existentes no meio culturalmente organizado e, com isso, ganham o patamar necessário para produzir outros saberes, técnicas, valores, etc.

O campo educacional é vasto e bastante instigante para obter respostas quanto aos mais diversos eixos de pesquisas que por ele são produzidos. Neste campo destacamos a educação especial, aqui entendida de acordo com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Lei n.º 9394/1996:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede

regular de ensino para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 1996, p. 39).

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis e modalidades de ensino e vem ganhando notoriedade a partir de ações que visam à garantia de direitos humanos, postulados a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos em 1990 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 1990) e da Declaração de Salamanca em 1994 (CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1994). A educação especial reafirma-se em nosso país com a Constituição Federal (CF) de 1988, na qual o direito à educação é estabelecido como primordial e essencial à vida, conforme descreve o artigo 205 da CF:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2006, p. 123).

Igualmente, podemos afirmar que a educação é estendida a todos, indistintamente, como direito fundamental, sendo garantida pelo Estado, com apoio da família e da sociedade em geral, visando ao desenvolvimento pleno do cidadão.

Desta forma, é de extrema relevância o interesse por estudos que contemplem tal área de ensino, visando compreender e observar a produção acadêmico-científica, porquanto, através das produções científicas, é que encontramos respostas para muitas de nossas indagações.

A educação especial tem alcançado uma relativa projeção na política educacional brasileira. Em meados dos anos 2000, adotou a perspectiva inclusiva em que é configurada como complemento ou suplemento ao ensino regular. Essa perspectiva indica que todos, não importando o tipo ou o grau da deficiência, devem estudar na mesma sala de aula que os demais alunos. Isso acarretou o fechamento de classes especiais e a implantação de salas de recursos multifuncionais, como principal meio de atendimento educacional especializado.

Ainda é importante ressaltar outra consequência das diretrizes políticas inclusivas: a ampliação do acesso à educação pública. Até meados dos anos 2000, a rede privada de ensino, majoritariamente filantrópica, concentrava cerca de 40% do total das matrículas de educação especial, e 79% em 2013 (BRASIL, [20--]).

Recentemente, foi aprovado o Decreto n.º 10.502/2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. A aprovação desse decreto se deu a partir de um processo de discussão iniciado em 2016, denominado de atualização ou revisão das diretrizes, então vigentes, contidas na política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Esse processo inicialmente contou com reuniões com as secretarias de educação e enfrentou dificuldades na divulgação de material escrito que pudesse proporcionar análises. Um mês depois, é disponibilizado o documento com a Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida (BRASIL, 2020).

Uma das principais questões debatidas em diversos momentos foi o retorno de classes e escolas especiais como uma das alternativas de serviços da educação

especial. Segundo o ministro da Educação, essa proposta visava ampliar a educação especial e dar oportunidade de escolha à família e ao próprio aluno. Merece ser mencionado que no documento constam vários dados estatísticos mediante gráficos, a maior parte deles podendo induzir a fracassos da inclusão; porém, uma das maiores conquistas da inclusão, a ampliação do acesso à educação pública, não é sequer mencionada.

Por outro lado, também não se refere a resultados do período em que a educação especial poderia ser considerada como substitutiva ao ensino regular, e classes e escolas especiais eram os serviços mais ofertados. Acrescentamos, todavia, que nem a integração nem a inclusão resolveram o acesso à educação. A maior parte de informações que temos sobre a ampliação do acesso é obtida a partir de dados com altos percentuais de crescimento de matrículas em intervalos de tempo que abrangem vários anos, por exemplo: “[...] o número de matrículas na educação especial apresentou aumento de 79,8% no período entre 2008 e 2019 [...]” (BRASIL, 2020, p. 20). Como podemos verificar, em onze anos, houve crescimento de 79,8%, o que não ultrapassa 10% por ano.

A educação especial, igualmente, foi sendo ampliada no âmbito da pós-graduação - em 1978, com a criação do Programa de Mestrado em Educação Especial - PMEE (específico na área) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); em 1979, com o Programa de Pós-graduação em Educação (com uma Linha de Pesquisa em Educação Especial) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Hoje, a maior parte dos programas possui grupos de pesquisa na área; teses e dissertações com a temática são elaboradas em grupos de pesquisa não específicos de educação especial.

A pós-graduação brasileira tem se fortalecido ao longo do tempo. Destacamos a região Nordeste, com a implantação de novos programas e a consolidação dos já existentes, ainda que pese a diferenciação regional no que se refere à distribuição de programas, quer em número, que em conceitos avaliativos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com a região Sudeste, a qual concentra o maior número de Programas. Para ilustrar, podemos citar que em 2004 havia dois programas com o conceito 5 na região Nordeste; ao final de 2012, apenas um. Com a avaliação trienal de 2013-2017, esse número cresceu para sete Programas com conceito 5.

O presente artigo terá por objetivo descrever as teses/dissertações em educação especial desenvolvidas no âmbito dos programas de pós-graduação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no período de 2006 a 2017.

2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MARANHÃO

Os trabalhos na área da educação especial no estado do Maranhão começaram na década de 1960, com iniciativa da esfera particular, e foram oficializados na rede estadual de ensino em 1969, com a Portaria n.º 423/1969, que criou o Projeto Plêiade de Educação de Excepcionais.

Em relação à educação de uma forma geral, o Maranhão é um dos Estados brasileiros, cujo processo de municipalização do ensino fundamental já se anuncia desde a década de 1970, participando de projetos

provenientes de acordos MEC/BIRD, quer específicos para o então 1º grau, como o Promunicípio (1975) e o Edurural (1980), quer daqueles destinados ao desenvolvimento da região e que contemplavam a educação, como o Polonordeste (1977) e o Poloamazônia (1974) (ROSAR; SOUSA, 1999). (CARVALHO; BONFIM, 2016, p. 181).

A rede pública estadual de ensino, portanto, concentrava o maior número de matrículas do então 1.º grau. Também podemos afirmar que, por muito tempo, foi a rede pública estadual de ensino que manteve o maior número de matrículas da educação especial.

A implantação e a expansão da educação especial maranhense ocorreram com características semelhantes à educação nacional, com criação de classes especiais nas escolas públicas, estabelecimento de escolas especiais na rede privada de ensino, majoritariamente instituições filantrópicas, constituição de setor específico para a área na secretaria de educação. O quadro estadual reproduz o nacional com presença forte das instituições filantrópicas e um percentual elevado de matrículas na rede privada de ensino.

Também é importante registrar o início dos serviços de educação especial na rede pública municipal de dois municípios maranhenses: São Luís, sua capital, e Imperatriz, importante município no estado do Maranhão.

Em São Luís (MA), os serviços em educação especial foram criados, oficialmente, em meados da década de 1990, ou seja, aproximadamente duas décadas após o início na rede estadual. Já em Imperatriz (MA), a rede pública de ensino iniciou os trabalhos em meados da década de 2000, ou seja, aproximadamente três décadas após a rede pública estadual de ensino. Nesse período de implantação nos dois municípios citados, tínhamos discussões sobre inclusão, o que direcionou os serviços na perspectiva inclusiva, ainda que transvestida de integração, isto é, os alunos encaminhados para o ensino regular deveriam ter condições para frequentá-lo.

Na educação superior, para alunos com deficiência foram criados Núcleos de Acessibilidade, tanto na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), quanto na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), já em meados da década de 2000. Quanto à formação, os cursos de graduação, principalmente os de Licenciatura, Pedagogia e outros, foram paulatinamente inserindo disciplinas no seu currículo. Inicialmente como optativas; posteriormente, mais precisamente, em 2001, o curso de Pedagogia (UFMA), ao reformular o seu currículo, passou a contar com uma disciplina obrigatória (Educação Especial), com um núcleo temático Educação Especial e com três disciplinas (Fundamentos da Educação Especial, História e Política da Educação Especial e Metodologia da Educação Especial), todas com carga horária de sessenta horas.

3 CONTEXTUALIZANDO A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) foi fundada em 29/01/1956 com a finalidade de promover o desenvolvimento da cultura do Estado. Originou-se na Faculdade de Filosofia de São Luís (MA), onde teve por mantenedora a Fundação Paulo Ramos, posteriormente foi desligada da fundação e passou a integrar a Sociedade Maranhense de Cultura Superior (SOMACS). Ao ser vinculada a esta so-

cidade, passou a ser reconhecida como Universidade, sendo denominada pela União, através do Decreto n.º 50.832/1961, como Universidade do Maranhão.

A Universidade congregou a faculdade de Filosofia, a Escola de Enfermagem São Francisco de Assis (1948), a escola de Serviço Social (1953) e a Faculdade de Ciências Médicas (1958). Com a indicação do Ministério da Educação e Cultura, o Arcebispo de São Luís e Chanceler da Universidade acatou a criação de uma Fundação que dirimisse as ações da Universidade, passando a agregar a faculdade de Direito (1945), a escola de Farmácia e Odontologia (1945) e outras instituições.

Assim a Universidade foi se estruturando ao longo dos anos. Em 1972 foi inaugurada a primeira unidade no *Campus* do Bacanga, durante a gestão do Reitor Cônego José Ribamar Carvalho. Dessa forma, a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) se estabeleceu e hoje tem se tornado referência significativa na formação de profissionais nas mais diversas áreas do conhecimento, contribuindo, conseqüentemente, para o desenvolvimento do estado do Maranhão.

Atualmente a Universidade conta com sete unidades acadêmicas: Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET), Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Centro de Ciências Sociais (CCSO), Centro de Ciências Humanas (CCH), Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia (CCSST), Centro de Ciências Agrárias e Ambiente (CCAA), e Centro de Ciências Humanas, Naturais, Saúde e Tecnologia (CCHNST) da cidade de Pinheiro (MA). Também está presente em oito municípios maranhenses.

A UFMA, no âmbito da educação especial, realiza ações em diversos setores. Em 2007, apresentou o projeto *UFMA e a inclusão: acesso e permanência de pessoas com deficiência na educação superior* ao edital Incluir. Ao ser aprovado, criou-se o Grupo de Trabalho para a implantação da Comissão de Acessibilidade e Permanência da UFMA, ou órgão equivalente. Em 2009, mediante Resolução n.º 121/CONSUN, foi criado o Núcleo Pró Acessibilidade e Permanência de Pessoas com Deficiência à Educação².

No âmbito da pós-graduação, a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) conta com vinte nove programas de pós-graduação, divididos entre programas de mestrado e doutorado, e mais oito programas em rede³. Dentre os programas de pós-graduação, destacamos o mestrado em educação como um dos programas que mais produziu conhecimento em educação especial no Maranhão.

Segundo Carvalho (2011), o Programa de Pós-graduação em Educação da UFMA teve sua primeira turma em 1988, porém as condições da época não permitiram a sua continuidade, pois havia um número reduzido de professores doutores, e a estrutura curricular não atendia as exigências da CAPES. Somente no ano de 1995 foi iniciada a segunda turma, obtendo o credenciamento em 2001, com o conceito 3, permanecendo como único Programa de Pós-graduação em Educação do estado até 2015. Atualmente é o único Programa de Pós-graduação em Educação com Mestrado e Doutorado Acadêmicos.

Ainda de acordo com Carvalho (2011), o programa compreende duas linhas de pesquisa: I - Estado e Gestão Educacional e II - Instituições Escolares Saberes e

² Atualmente é a Diretoria de Acessibilidade (DIACES) o setor responsável por ações referentes à inclusão de pessoas com deficiência.

³ Em 2019, a UFMA contava com quarenta e um programas de pós-graduação e onze programas em rede.

Práticas Educativas⁴, estando vinculado a esta segunda linha o Grupo de Pesquisa em Educação Especial (GPEE), criado no ano de 2003 com o propósito de

[...] desenvolver estudos e investigações sobre pessoas com necessidades educacionais especiais, incluindo tanto aquelas mencionadas pela política nacional de educação especial quanto outros grupos excluídos dos sistemas educacional e social. Desta forma, enfatizam-se aspectos da educação especial no contexto da educação brasileira ao longo dos tempos e durante o processo de mudança do paradigma da integração para a inclusão. Analisam-se a legislação vigente e as políticas nacionais públicas voltadas para a conquista de fato dos direitos de pessoas com necessidades especiais e portadoras de deficiência (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2008, p. 8 *apud* CARVALHO, 2011, p. 16).

A inserção da Educação Especial na estrutura curricular do Mestrado em Educação iniciou-se com a criação da disciplina Educação e Inclusão Social no núcleo diversificado. Com a reformulação curricular, além dessa disciplina, foram criadas duas outras: Educação Especial e Produção do Conhecimento e Políticas e Fundamentos da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.

O GPEE, desde a sua criação, tem desenvolvido atividades diversas relacionadas à área no âmbito da UFMA e na comunidade maranhense em geral, como intercâmbio com as redes públicas, tanto do estado quanto do município. Uma das professoras do GPEE foi a coordenadora do Projeto *UFMA e a inclusão*, mencionado anteriormente. Ademais, desenvolve projetos de pesquisa que obtiveram financiamento, tanto de agências nacionais (CAPES) quanto estaduais (FAPEMA). Um dos projetos foi de cooperação acadêmica com a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ainda participou de pesquisa em rede desenvolvida em âmbito nacional com o Observatório Nacional de Educação Especial, desenvolvendo o projeto nos municípios de São Luís (MA) e Imperatriz (MA).

Nos processos seletivos para o mestrado, dos seis grupos de pesquisa do Programa, é um dos três mais procurados pelos candidatos, o que expressa o interesse da comunidade pela área.

Sem dúvida, podemos observar que o trabalho do grupo de pesquisa em educação especial tem sido significativo para as produções do conhecimento em educação especial no nosso estado, pois dos trabalhos apresentados nos programas de pós-graduação na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no período estipulado, foram duzentas e trinta e seis defesas, entre elas trinta, isto é, 12,7 % abordaram temática vinculada à educação especial.

⁴ Em 2017, o PPGE/UFMA procedeu a uma reformulação (Resolução n.º 1642/2017 – CONSEPE), criando três linhas de Pesquisa, a saber: História, Políticas Educacionais, Trabalho e Formação Humana; Instituições Educativas, Currículo, Formação e Trabalho Docente e Diversidade, Cultura e Inclusão Social. Ainda nesse ano, o Programa obteve o conceito 4 na avaliação quadrienal, o que permitiu apresentar a proposta de criação do Doutorado em Educação. Tal proposta foi aprovada, tendo início a primeira turma de Doutorado em Educação no estado do Maranhão em 2020.

Quadro 1 – Dissertações em educação especial no âmbito de programas de pós-graduação da UFMA – 2006-2017

Ano de defesa	Título
2006	Os desafios do acesso e da permanência de pessoas com necessidades educacionais especiais nas instituições de educação superior de São Luís (MA)
	Inclusão escolar de alunos com deficiência mental no ensino fundamental: entre o possível e o desejável
2007	Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais: limites e possibilidades no ensino fundamental da rede pública municipal de Imperatriz (MA)
2008	Política maranhense de inclusão escolar: com a palavra, as professoras
	O acesso curricular para alunos(as) com deficiência intelectual na rede regular de ensino: a prática pedagógica na sala de recursos como eixo para análise
2011	Práticas inclusivas na escola: o que faz sentido para os(as) alunos(as) com deficiência?
	A ordem do discurso na educação especial
	Educação profissional e inclusão de alunos com deficiência: um estudo no Colégio Universitário/UFMA
	Escolarização e inserção da pessoa com deficiência auditiva no mercado de trabalho formal na cidade de São Luís (MA)
	Visão das professoras da educação infantil a respeito da inclusão escolar
2012	Política de formação de professores e inclusão escolar
	Educação inclusiva no ensino superior: análise de políticas educacionais para a pessoa com deficiência na Universidade Federal do Maranhão
	Analisando a educação inclusiva no curso de licenciatura em geografia da Universidade Estadual do Maranhão
	Processo de escolarização: o discurso dos pais sobre as expectativas e acompanhamento aos seus filhos com cegueira
	O atendimento de crianças com necessidades educacionais especiais em creches e pré-escolas da rede municipal na cidade de São Luís (MA)
	O curso de pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão: um olhar inclusivo na formação dos alunos
2013	O REUNI na UFMA e o favorecimento do acesso de alunos com deficiência ao ensino superior: questões para reflexão
	A escola de cegos na historiografia da educação especial maranhense
	Trabalho docente/saúde autopercebida das professoras dos Centros de Ensino de Educação Especial do Maranhão
	A relação (afetiva) entre o professor e seu aluno com deficiência intelectual: uma abordagem inclusiva
	A inclusão de alunos com deficiência na escola pública de ensino médio: em foco o projeto político-pedagógico do Centro de Ensino Médio Liceu Maranhense
	Inclusão escolar do adolescente com deficiência intelectual na rede pública de ensino: percepções dos pais
	As meninas de Helena: deficiência intelectual, inclusão e mercado de trabalho em São Luís (MA)
	Processo de inclusão no contexto da deficiência visual: dificuldades, desafios e perspectivas
Formação e autonomia docente: desafios à inclusão na educação infantil	
2014	Educação e inclusão da pessoa com deficiência intelectual no mundo do trabalho: o caso dos egressos do Centro de Ensino de Educação Especial Helena Antipoff
2015	A inclusão de crianças com deficiência intelectual em creches e pré-escolas: dificuldades e possibilidades
	Tecnologia assistiva para alunos com baixa visão nas escolas estaduais de São Luís (MA): utilização na classe comum e na sala de recurso multifuncional
2016	Deficiência visual: dificuldades e estratégias do professor no processo de inclusão escolar no ensino médio
2017	Políticas institucionais de acessibilidade na educação superior: percursos e desafios para a inclusão de alunos com deficiência na UFMA

Fonte: elaborado pelas autoras.

As dissertações aqui apresentadas versam sobre diversos temas em educação especial. Podemos concluir que das trinta produções o tema mais abordado foi a política de inclusão, com doze produções (40,0%); oito produções (26,6%) trataram da prática pedagógica com os alunos com deficiência; quatro (13,3%) abordaram a educação profissional destes alunos; três (10,0%) trataram da formação do professor em educação especial; duas (6,6%) produções discorreram sobre a visão da família no processo de inclusão dos alunos público-alvo da educação especial; e uma (3,3%) produção se deteve na narrativa de historicizar uma importante instituição educacional da área.

Quanto à área de deficiência, treze a especificam, sendo a deficiência intelectual a de maior incidência, seguida pela deficiência visual e pela deficiência auditiva. Esse resultado é condizente com as indicações apresentadas nos editais dos processos seletivos.

Já no que se refere ao nível e/ou modalidade de ensino, a maioria enfoca a educação básica, seguida da educação superior e educação profissional. A rede pública de ensino também foi a mais selecionada para as pesquisas, e as escolas, o local de maior incidência dos estudos. A maior parte dos estudos trabalhou com professores, gestores, um número mais reduzido (2) ouviu pais, e três trabalhos ouviram alunos, da educação básica e da educação superior. Todos os trabalhos envolveram pesquisa de campo.

Chahini (2006), Leite (2006), Oliveira (2007), Coelho (2008), Quixaba (2011), Alcantara (2011), Silva (2012), Ferreira (2012), Martins (2012), Lázaro (2013), Brito (2013) Pereira (2017) elegeram como objeto a área de políticas educacionais. Desses 12 (doze) trabalhos, 4 (quatro) enfocaram a educação superior, e o restante a educação básica.

Os estudos de Melo (2008), Mondaini (2011), Batista (2012), Santos (2013), Barros, A. (2013), Pinheiro (2015), Gomes (2015), Borges (2016) abordaram a prática pedagógica com os alunos com deficiência.

A educação profissional desses alunos foi objeto das investigações de Siqueira (2011), Aroucha (2011), Barros, G. (2013), Rosa (2014). Já Sousa (2012), Jesus (2012) e Rodrigues (2013) trabalharam com formação de professores, as duas primeiras com licenciaturas: o Curso de Pedagogia e o Curso de Geografia. Essas investigações configuram estudos na área da formação inicial. Rodrigues (2013) optou pela formação continuada na educação infantil.

Santos (2012) e Pinto (2013) elegeram a visão da família no processo de inclusão. Por fim, o único trabalho tendo como objeto de estudo a história da educação especial maranhense foi feito por Fraga (2013), que focalizou seu objeto em uma instituição filantrópica, cujas origens remontam ao início da educação especial no Maranhão. A pesquisa no estado ainda carece de inúmeras iniciativas para suprir as lacunas - história da educação especial maranhense é uma delas.

Outra contribuição importante do PPGE/UFMA foi a formação de professores para a educação superior, dos trinta mestres formados nesse período, cinco ingressaram na UFMA, destes, três já possuem doutorado, e um está em processo de formação. Apenas uma ainda está pleiteando o curso. Prosseguindo as contribuições para a educação superior, dos trinta mestres, quatro já estavam exercendo o magistério na educação superior, destes, dois já concluíram o doutorado, e dois

estão cursando o doutorado. Os demais estão na educação básica, como professores ou coordenadores nas escolas ou nos órgãos governamentais.

Essas produções nos fazem perceber que o interesse pela temática é diverso e tem caracterizado uma constante inquietação aos pesquisadores que se debruçam por encontrar respostas para as suas constantes indagações a respeito do tema.

Além do Programa de Pós-graduação em Educação, constatamos também que outros programas de pós-graduação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) abordaram o tema em educação especial com quatro dissertações, sendo duas no Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, uma no Programa de Pós-graduação em Rede-Prof-Artes em Rede Nacional/CCH, uma no Programa de Pós-graduação em Letras (PGLetras). Identificamos ainda uma tese no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas.

A seguir o quadro das dissertações e teses:

Quadro 2 – Teses e dissertações em educação especial no âmbito de programas de pós-graduação da UFMA – 2006-2017

Ano de defesa	Título
2015	A política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (MEC/SEESP, 2008): uma análise da efetivação do Atendimento Educacional Especializado a partir da defectologia de Vygotski
2015 (tese)	Formação para a diversidade?: desafios da formação de professores em Grajaú (MA)
2016	Uso das tecnologias digitais da informação e comunicação no atendimento educacional especializado: estudo nas Salas de Recursos Multifuncionais da rede pública municipal de São Luís (MA)
2016	O ensino de música para alunos cegos em classe regular de ensino no Colégio Universitário da UFMA
2018	Travessias e resistências: práticas de subjetivação do sujeito tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa nos documentos oficiais

Fonte: elaborado pelas autoras.

Dos quatro estudos, dois trataram da prática pedagógica com os alunos com deficiência; um abordou políticas; um enfocou formação de professores, e um versou sobre identidade do sujeito surdo. No que diz respeito às deficiências, dois não especificaram; um referiu-se à deficiência visual, e o outro à surdez. Quanto aos níveis e modalidades de ensino, dois trataram da educação básica; um deteve-se na educação superior, e o outro não focalizou o ensino.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos em destaque configuraram-se como de extrema relevância para a pesquisa em educação especial no nosso estado. As dissertações partiam de análises sobre o processo de inclusão dos alunos público-alvo da educação especial no campo educacional e em outros setores da sociedade, bem como de análises das políticas que estruturam o trabalho na área. Predominantemente, as temáticas abordadas tiveram como pressuposto a investigação qualitativa e estavam estruturadas em entrevistas, pesquisas documentais, bibliográficas e de campo. Os resultados apresentados nas pesquisas variavam de acordo com o passar dos anos, as primeiras dissertações, datadas do início dos anos 2000, apresentavam

um quadro de insatisfações por parte dos alunos, gestores, professores e outros envolvidos na pesquisa, pois evidenciavam a falta de recursos materiais e humanos, caracterizando, desta forma, certo despreparo na efetivação da política nas instituições de ensino. Outro ponto mencionado como resultado foram as barreiras atitudinais e arquitetônicas, fragilidade na execução das políticas públicas. Com o passar dos anos e com as novas investigações, é possível observar certo avanço quanto ao melhoramento das ações canalizadas para a efetivação da política de educação especial no estado. Foi possível, assim, observar que, mesmo diante das dificuldades apresentadas, houve certo reconhecimento por parte dos entrevistados, porém sempre com a ressalva de melhor observar as ações que garantam o direito pleno dos alunos público-alvo da educação especial à educação.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Ramon Luis de Santana. *A ordem do discurso na educação especial*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/178>. Acesso em: 7 out. 2020.
- AROCHA, Maria José Rabelo. *Escolarização e inserção da pessoa com deficiência auditiva no mercado de trabalho formal na cidade de São Luís (MA)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/185>. Acesso em: 7 out. 2020.
- BARROS, Alessandra Belfort. *Processo de inclusão no contexto da deficiência visual: dificuldades, desafios e perspectivas*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013. Disponível em <http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/handle/tede/249>. Acesso em: 7 out. 2020.
- BARROS, Gilsene Daura da Silva. *As meninas de Helena: deficiência intelectual, inclusão e mercado de trabalho em São Luís (MA)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/258>. Acesso em: 7 out. 2020.
- BATISTA, Roseliny de Moraes Martins. *O atendimento de crianças com necessidades educacionais especiais em creches e pré-escolas da rede municipal na cidade de São Luís (MA)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/219>. Acesso em: 7 out. 2020.
- BORGES, Tamires Coimbra Bastos. *Deficiência visual: dificuldades e estratégias do professor no processo de inclusão escolar no ensino médio*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016. Disponível em <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/1236>. Acesso em: 7 out. 2020.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. (1988). São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF, [20--]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 1 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. *PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação*. Brasília, DF: MEC; SEMESP, 2020.

BRITO, Silvana Maria dos Anjos Pires. *A inclusão de alunos com deficiência na escola pública de ensino médio: em foco o projeto político-pedagógico do Centro de Ensino Médio Liceu Maranhense*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/276>. Acesso em: 7 out. 2020.

CARVALHO, M. B. W. B. de. Políticas públicas de educação especial, formação de professores e inclusão: a experiência da UFMA nos projetos CAPES-PROESP/PROCAD-NF. In: COSTA, V. A. da; CARVALHO, M. B. W. B. de; MIRANDA, T. G.; DAMASCENO, Alan (orgs.). *Políticas públicas e produção do conhecimento em educação inclusiva*. Niterói: Intertexto, 2011. p. 13-30.

CARVALHO, M. B. W. B. de; BONFIM, M. N. B. A educação especial no Maranhão: apontamentos históricos. *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, v. 23, n. especial, p. 176-191, 2016.

CHAHINI, Thelma Helena Costa. *Os desafios do acesso e da permanência de pessoas com necessidades educacionais especiais nas instituições de educação superior de São Luís (MA)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/265>. Acesso em: 7 out. 2020.

COELHO, Washington Luis Rocha. *Política maranhense de inclusão escolar: com a palavra, as professoras*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/171>. Acesso em: 7 out. 2020.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1994, Salamanca, Espanha. *Anais [...]*. Salamanca, ES, 1994.

CUNHA, Angélica Moura Siqueira. *Educação profissional e inclusão de alunos com deficiência: um estudo no Colégio Universitário/UFMA*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/2000>. Acesso em: 7 out. 2020.

FERREIRA, Nilma Maria Cardoso. *Educação inclusiva no ensino superior: análise de políticas educacionais para a pessoa com deficiência na Universidade Federal do Maranhão*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/238>. Acesso em: 7 out. 2020.

FRAGA, Lissandra Mendes. *A escola de cegos na historiografia da educação especial maranhense*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/267>. Acesso em: 7 out. 2020.

GOMES, Elayne Crystyna Pereira Borges. *Tecnologia assistiva para alunos com baixa visão nas escolas estaduais de São Luís: utilização na classe comum e na sala de recurso multifuncional*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015. Disponível em: <http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/handle/tede/96>. Acesso em: 7 out. 2020,

JESUS, Ivone das Dores de. *Analisando a educação inclusiva no curso de licenciatura em geografia da Universidade Estadual do Maranhão*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/235>. Acesso em: 7 out. 2020.

LÁZARO, Creuza Maria Costa. *Trabalho docente/saúde autopercebida das professoras dos Centros de Ensino de Educação Especial do Maranhão*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/243>. Acesso em: 7 out. 2020.

LEITE, Zinole Helena Martins. *Inclusão escolar de alunos com deficiência mental no ensino fundamental: entre o possível e o desejável*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/122>. Acesso em: 7 out. 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINS, Vivianne da Silva Braga. *O REUNI na UFMA e o favorecimento do acesso de alunos com deficiência ao ensino superior: questões para reflexão*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/240>. Acesso em: 7 out. 2020.

MELO, H. A. *O acesso curricular para alunos(as) com deficiência intelectual na rede regular de ensino: a prática pedagógica na sala de recursos como eixo para análise*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/171>. Acesso em: 7 out. 2020.

MONDAINI, Rosimery Leão. *Visão das professoras da educação infantil a respeito da inclusão escolar*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/218>. Acesso em: 7 out. 2020.

OLIVEIRA, R.M.G. de. *Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais: limites e possibilidades no ensino fundamental da rede pública municipal de Imperatriz (MA)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/162>. Acesso em: 7 out. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien, Tailândia, 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2018.

PEREIRA, Josenilde Oliveira. *Políticas institucionais de acessibilidade na educação superior: percursos e desafios para a inclusão de alunos com deficiência na UFMA*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017. Disponível em: <http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/handle/tede/1926>. Acesso em: 7 out. 2020.

PINHEIRO, Fernanda Costa. *A inclusão de crianças com deficiência intelectual em creches e pré-escolas: dificuldades e possibilidades*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015. Disponível em: <http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/handle/tede/97>. Acesso em: 7 out. 2020.

PINTO, Maisa Cunha. *Inclusão escolar do adolescente com deficiência intelectual na rede pública de ensino: percepções dos pais*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013. Disponível em: <http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/handle/tede/251>. Acesso em: 7 out. 2020.

QUIXABA, M.N. O. *Práticas inclusivas na escola: o que faz sentido para os(as) alunos(as) com deficiência?* Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/196>. Acesso em: 7 out. 2020.

RODRIGUES, Gilvana Nascimento. *Formação e autonomia docente: desafios à inclusão na educação infantil*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013. Disponível em: <http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/handle/tede/254>. Acesso em: 7 out. 2020.

ROSA, Floriza Gomide Sales. *Educação e inclusão da pessoa com deficiência intelectual no mundo do trabalho: o caso dos egressos do Centro de Ensino de Educação Especial Helena Antipoff*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/85>. Acesso em: 7 out. 2020.

SANTOS, Edilena de Jesus Sousa. *Processo de escolarização: o discurso dos pais sobre as expectativas e acompanhamento aos seus filhos com cegueira*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/234>. Acesso em: 7 out. 2020.

SANTOS, Elvira Eugênia Silva Aranha Barbosa. *A relação (afetiva) entre o professor e seu aluno com deficiência intelectual: uma abordagem inclusiva*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/245>. Acesso em: 7 out. 2020.

SILVA, P. R. de J. *Política de formação de professores e inclusão escolar*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/233>. Acesso em: 7 out. 2020.

SOUSA, Dolores Cristina. *O curso de pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão: um olhar inclusivo na formação dos alunos*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/241>. Acesso em: 7 out. 2020.

Recebido em: 20 out. 2020

Aceito em: 2 dez. 2020